

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Processo nº 106/2026**

### **1 – Introdução**

<b>Órgão</b>	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo		
<b>Unidade Solicitante</b>	UA 36002 - Divisão de Almoxarifado - DA		
<b>Responsável pela demanda</b> André José Frezzato	<b>Matrícula:</b> 11280		
<b>E-mail:</b> ajtrassato@al.sp.gov.br	<b>Telefone:</b> (11) 3886-6191		

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade estabelecer diretrizes e fixar características a serem observadas na apresentação das propostas técnicas e na execução do objeto desta contratação, além de estabelecer os principais tópicos, em detalhes eventualmente não assinalados, que devem ser executados de acordo com o padrão do objeto em questão. Este Estudo irá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação e que conterá todos os elementos mínimos previstos no §2º do art.18 da Lei Federal n.º 14.133/21.

1.2. No caso de dúvidas relativas a pretendida contratação, os proponentes deverão dirigir-se à Divisão de Almoxarifado da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, subsolo, sala S01, onde as mesmas serão esclarecidas, ou ainda, pelo telefone (11) 3886-6191.

1.3 Todo o material deve obedecer ao prescrito pelas Normas, cabendo ainda, quando necessário, certificações, podendo ser solicitado à Contratada a apresentação de certificado de conformidade técnica.

1.4 As exigências de qualidade serão estendidas também às atividades complementares à execução, não indicadas no Termo de Referência, e que sejam necessárias à perfeita execução do objeto em consonância com as Normas e Procedimentos ali estabelecidos, não eximindo a eventual contratada do fornecimento dos itens com total qualidade

1.5 Não será admitida adesão a esta Ata de Registro de Preços, em razão da capacidade limitada de gerenciamento desta instituição, em especial, realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP.

## **2 – Descrição da necessidade**

A ausência de pontos de hidráulica na maior parte das unidades administrativas da Alesp, faz com que o abastecimento de água potável se dê, predominantemente, por bebedouros de galão.

Ainda, a presente solicitação se baseia no fato de não se vislumbrar a instalação de bebedouros na estrutura de distribuição de água do prédio da ALESP, na vigência da pretensa contratação, que atenda a todas as salas dependentes, hodiernamente, de galões para seu abastecimento.

Desta feita, a contratação se esteia na grande demanda por água mineral neste Poder Legislativo, vez que é elevado o número de visitantes, convidados, servidores e prestadores de serviço que consomem água todos os dias, inclusive aos finais de semana e feriados, sendo tal insumo também utilizado na preparação de café e chás.

## **3 – Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na previsão orçamentária anual da Unidade Requisitante.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não possui Plano de Contratação Anual em vigor para o ano corrente.

#### **4 – Descrição dos requisitos da contratação**

A Unidade requisitante analisou a demanda apresentada e identificou os seguintes requisitos básicos:

##### **Requisitos legais e normativos**

4.1 Requisito Legal/Normativo: Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 – que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

4.2 Requisito Técnico: O bem será adquirido sob demanda, conforme necessidade da Administração, visando, minimamente, a eliminação de fracionamento de despesas, evitando sucessivas aquisições, redução do número de licitações e redução de grandes estoques. Verifica-se que se trata de bem comum, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade do item que esta Administração pretende adquirir.

4.3 Observamos que sempre que houver justificativa prévia por escrito, o Catálogo Eletrônico poderá ser dispensado, excepcionalmente, a teor do transcrito parágrafo único do artigo 10 do Decreto Estadual nº 68.021/2023, adotado provisoriamente pelo Ato da Mesa nº 4/2024, e, consoante o Catálogo Eletrônico de Padronização federal, verificou-se uma série de divergências em relação a padrões adotados por esta Casa de Leis, em temas como, por exemplo: prazo de pagamento em 10 (dez) dias úteis; previsão de redução pela metade do prazo de 10 (dez) dias úteis para pagamento em contratações de valor abaixo do limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021; menção a legislação/pareceres cuja aplicação à Alesp gera dúvidas, como: Instrução Normativa Seges/ME nº 77/2022, Instrução Normativa Seges/ME nº 53/2020, Parecer JL-01 de 18 de maio de 2020; documentação de habilitação jurídica e fiscal divergente do constante das minutas-padrão; exigência de balanço patrimonial, índices financeiros e atestado de capacidade técnica em licitação de baixo valor estimado; entre outros.

### **Plano de sustentação do contrato**

4.4 A referida aquisição se dará por meio de contratação de empresa especializada para tal fim, completamente comprovada, por meio da documentação que deverá ser apresentada oportunamente, cuja seleção se dará por meio de Pregão Eletrônico a ser realizado em sítio próprio.

### **Estratégia da Contratação**

4.5 Natureza do objeto: O item a ser contratado possui natureza não continuada visto que os atendimentos ocorrem por demanda. Não há periodicidade previamente estabelecida para o fornecimento do material;

4.6 Parcelamento do objeto: Os itens serão adquiridos pelo Sistema Registro de Preços, sob demanda, conforme necessidade da Administração, na forma do inciso IV do artigo 78 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.7 Adjudicação do objeto: A adjudicação deverá ser por menor preço por item;

4.8 Tipo de licitação/Modalidade: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **Planejamento das atividades de transição e encerramento do contrato vigente**

4.9 Não haverá necessidade da Contratada promover ação de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para a gestão do contrato, uma vez que o objeto a ser contratado envolve procedimentos padronizados, normatizados e amplamente praticados pelas empresas do ramo, sendo, portanto, considerado bem de natureza comum.

#### **Certificações/Normalização**

4.10 Além das normas atinentes às licitações e contratos administrativos, esta aquisição se submete às normas que especificamente tratam de água mineral:

- a) às Resoluções de Diretoria Colegiada de nº 274/05 e 275/05 da Anvisa;
- b) à Portaria nº 470/99 do Ministério das Minas e Energia;
- c) à Resolução ANM nº 193/24;



- d) às normas técnicas NBR 14.328/11, NBR 14.638/11 e NBR 14.222/13 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como suas alterações posteriores;
- e) Lei Estadual n. 16.912/18 e
- f) Decreto Estadual n. 64.645/19.

Item:

ÁGUA MINERAL; NATURAL SEM GÁS, EMBALAGEM PRIMÁRIA GARRAÇÃO PLÁSTICO 20 LITROS FABRICADO COM RESINA VIRGEM OU OUTRO MATERIAL ADEQUADO PARA CONTATO COM ALIMENTOS, VEDADO COM TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES NA DATA DA ENTREGA, COM VASILHAME, CONTENDO VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL Nº 16.912/2018, DECRETO ESTADUAL nº 64.645/19, RDC 274/05, RDC 275/05, RDC 259/02, PORTARIA 470/99 (MME), RESOLUÇÃO ANM nº 193/24, ABNT NBR 14.328/2011, NBR 14.638:2011, NBR 14.222/2013 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.

### **Garantia/prazo de validade dos Produtos**

4.12 O prazo de validade na data de entrega deverá ser de 02 (dois) meses, prevalecendo, quando maior que este prazo, a garantia/validade dada pela Contratada, pelo fabricante ou decorrente de lei.

4.13 A substituição dos produtos, eventualmente necessárias, deverão ocorrer em um prazo de até 10 (dez) dias corridos da notificação da Contratada para tanto.

## 5 – Levantamento de mercado

Em pesquisas relativas ao objeto deste estudo na Administração Pública, nota-se com relação aos Pregões consultados e da consulta efetuada no Portal [https://www.bec.sp.gov.br/BEC\\_Catalogo\\_ui/CatalogDetalheNovo.aspx?chave=&cod\\_id=4415752&selo=&origem=CatalogoPesquisa3](https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Catalogo_ui/CatalogDetalheNovo.aspx?chave=&cod_id=4415752&selo=&origem=CatalogoPesquisa3), que o objeto é item comum de mercado, com diversos fornecedores capazes de atender à demanda da Administração, sendo um mercado bastante amplo e difuso, não sendo, portanto, demanda exclusiva ou estranha ao mercado.

No caso desta Assembleia Legislativa, a opção se deu pelo Sistema Registro de Preços por ser o pretendido bem de natureza comum, tendo sido descrito de forma suficiente e clara, possibilitando futuras e eventuais contratações.

Ainda nesse, o objeto que se pretende é perfeitamente divisível, rotineiro, sendo, importante frisar, incerta e imprevisível sua solicitação, pois, decorrente do resultado de outras interferências.

Já no que respeita à vantagem para a administração, cumpre esclarecer que seria mais custoso diversas contratações semelhantes ao longo de um ano.

Pelo exposto, esta Unidade considerou conveniente o Sistema de Registro, por estar a demanda devidamente enquadrada, pela praticidade da aquisição a contar da contratação e pela celeridade no atendimento, não dependendo esta Casa de Leis de manutenção de grandes estoques.

### Contratações anteriores

A última contratação por este órgão com o mesmo objeto consta no processo nº 33/2025, enquanto a contratação anterior a essa consta no processo 121/2024. Em ambas contratações, as necessidades de fornecimento de água das unidades administrativas da Alesp foram atendidas e o fornecimento concluído sem

intercorrências. Portanto, a nova contratação seguirá o mesmo modelo das anteriores, sem alterações.

## **6 – Descrição da solução como um todo**

Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral sem gás, em galões de 20 litros, para o Palácio 9 de Julho, por meio do Sistema Registro de Preços, conforme especificações (qualitativas e quantitativas) pormenorizadas no Termo de Referência, com validade por 01 (um) ano contado a partir da publicação da Ata, podendo ser prorrogado conforme legislação atinente.

## **7 – Estimativas das quantidades a serem contratadas**

A quantidade estimada foi obtida a partir do histórico de contratos anteriores de mesmo objeto, considerando que este Edifício possui aproximadamente 180 Unidades (administrativas, parlamentares, assessorias e núcleos) divididas em diversas salas por um Prédio de 6 andares, havendo ainda Auditórios e Plenários atendidos por bebedouros com galão.

Contratos anteriores:

PD nº 33/2025

PD nº 121/2024

PD nº 334/2023

PD nº 274/2021

### **7.1 Planilha estimativa das quantidades**

Item	Qtde	Unidade	Discriminação
------	------	---------	---------------



1	12.000	Galão com 20 litros	<p>ÁGUA MINERAL; NATURAL SEM GÁS, EMBALAGEM PRIMÁRIA GARRAÇÃO PLÁSTICO 20 LITROS FABRICADO COM RESINA VIRGEM OU OUTRO MATERIAL ADEQUADO PARA CONTATO COM ALIMENTOS, VEDADO COM TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES NA DATA DA ENTREGA, COM VASILHAME, CONTENDO VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 274/05, RDC 275/05, RDC 259/02, PORTARIA 470/99 (MME), , ABNT NBR 14.328:2011, NBR 14.638:2011, NBR 14.222:2013 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, LEI ESTADUAL Nº 16.912/2018, DECRETO ESTADUAL nº 64.645/19 E RESOLUÇÃO ANM nº 193/24.</p> <p>PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA</p>
---	--------	---------------------	---

## 8 – Estimativas do valor da contratação

Estima-se o valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o contrato, consoante pesquisa de preços pela qual verificou-se a média de R\$ 10 (dez reais) por galão, perfazendo o total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

## 9 – Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Com base no inciso III do art. 49 na Lei Complementar n. 123 de 2006 e no inciso II do artigo 10 do Decreto nº 8.538 de 2015, não será aplicado o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

A decisão acerca do parcelamento do objeto, portanto, deve ser pautada na viabilidade e na vantajosidade econômica para a Administração Pública.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o parcelamento da presente contratação, na qual os vasilhames deverão ser disponibilizados em regime de comodato, implicaria em maior complexidade no gerenciamento do contrato, vez que

duas ou mais empresas forneceriam vasilhames que teriam que ser estocados em apartado, necessitando um espaço muito maior do que o existente hoje para a estocagem de tal produto. Diante do exposto e com fulcro nos artigos acima mencionados, justifica-se o não parcelamento do objeto da presente contratação por não ser a solução mais vantajosa e eficiente para a Administração Pública.

## **10 – Providências a serem adotadas pela Administração**

Não se vislumbra necessidade de outras providências para adequação desta Assembleia Legislativa no que tange à aquisição do item.

## **11 – Contratações correlatadas e/ou interdependentes**

Processo nº 16/2025

Processo nº 42/2025

## **12 – Descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras**

12.1 O produto solicitado deverá obedecer rigorosamente às disposições legais da União e do Estado de São Paulo, onde será executado o objeto, às normas e especificações constantes do Edital e às normas atinentes ao fornecimento de água mineral.

12.2 A(s) Contratada(s) deverá(ão) observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando do fornecimento de bens, que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

12.3 Não existem outros impactos ambientais previstos para a presente contratação.

### 13- Demonstrativo dos resultados pretendidos

Com a presente contratação, pretende-se manter o fornecimento ininterrupto de tal insumo ao órgão, almejando o aperfeiçoamento da logística de suprimentos com a racionalização de estoque, a fim de melhorar sua capacidade de armazenamento, por vezes extrapolada em razão da aquisição de bens em grandes parcelas, em geral equivalentes a compras anuais. A estratégia de adquirir sob demanda visa evitar a estocagem, principalmente em se tratando de gênero perecível, o que poderia se mostrar oneroso e antieconômico para a Administração.

### 14 – Análise de riscos

RISCO -1	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Contratação com preço acima da média do mercado</b>
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto
<b>Id</b>	<b>Danos</b>
1.	Prejuízo ao erário
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>
1.	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a Orientação normativa específica para tal fim.
2.	Considerar custos com frete quando for o caso
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>
1.	Cancelamento da aquisição
2.	Não adjudicação do certame

<b>RISCO - 2</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Levantamento aquém da demanda</b>
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto
<b>Id</b>	<b>Danos</b>
1.	Fornecimento inadequado do item
2.	Desabastecimento
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>
1.	Disponibilizar lista atualizada do mínimo que deverá ser licitado.
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>
1.	Aquisição do material por dispensa de licitação para atendimento emergencial

**15 – Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

Certifico que a demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento e que o mesmo traz os conteúdos mínimos previstos na legislação vigente, bem como a contratação é viável e adequada.

<b>Unidade Requisitante</b>	<b>De acordo</b>
<p>André José Frezzato</p> <p>Gestor de Divisão</p> <p>Divisão de Almoxarifado</p> <p>Matrícula 11.280</p>	<p>José Armando Mantuan</p> <p>Diretor de Departamento</p> <p>Departamento de Infraestrutura</p> <p>Matrícula 20.770</p>



Assinado por : ANDRE JOSE FREZZATO:25023952835

Data assinatura :03/06/2026 15:10:58